

■ POLÍTICA



O BANCO PARA A PESSOA JURÍDICA

FHC pode enfrentar resistências no Senado

Senadores dizem que não aprovarão reformas constitucionais sem fazer emendas. Projetos terão que voltar para a Câmara

por César Felício
de Brasília

O Senado Federal poderá acrescentar novos problemas para o governo na tramitação das reformas constitucionais previdenciária, administrativa e tributária. Ao contrário do que aconteceu em 1995, em que os senadores não modificaram os textos de reformas aprovados pela Câmara, para acelerar a decisão, desta vez a apresentação de emendas é considerada quase inevitável. Para o governo, é importante que o Senado não mude as propostas, porque, caso contrário, elas são obrigadas a voltar para a Câmara.

"As emendas poderão voltar para a Câmara sim. Por que

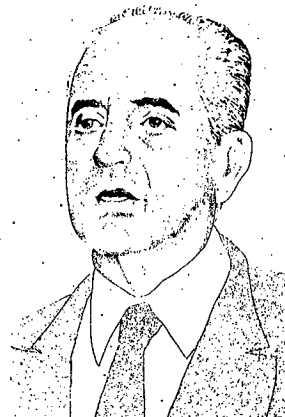
não? Eu gosto de tratar da reforma previdenciária e poderei fazer emendas", afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O senador Íris Rezende (PMDB-GO) vai além e adianta que já tem rascunhadas propostas para a reforma tributária. "Os estados estão falidos e não podemos retirar deles o direito de colocar incentivos para a industrialização. Se isso não passar na Câmara, vamos lutar para modificar tudo", afirmou.

NADA FOI REGULAMENTADO

Rezende explica porque mudou a disposição do Senado: "No primeiro semestre, aceitamos as-

sinar embaixo do que a Câmara votou porque o governo argumentava que era preciso pressa na quebra dos monopólios para a atração de investimentos. O que aconteceu? Nada foi regulamentado, por lei complementar até agora. Acho difícil usar o mesmo argumento para as outras reformas", disse.

O próprio líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), que no ano passado conseguiu conter os senadores e impedir a apresen-



Ramez Tebet

tação de emendas, reconhece que está numa posição desconfortável. "Acho que a reforma previdenciária é até assimilável pelo Senado, mas a situação fica muito delicada em relação às reformas administrativa e tributária. Dos 81 senadores, 29 são ex-governadores, que têm fortes compromissos com seus Estados. Eles não vão

querer passar em branco no exame destas propostas", afirmou.

Como maneira de contornar o

problema, Álvares tem proposto que os senadores permaneçam em sintonia com as bancadas dos seus estados na Câmara, para, informalmente, colaborar no processo de emenda das reformas. Isto tem sido estimulado pelo líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), em relação à reforma previdenciária. O pemedebista patrocinou várias reuniões do relator da previdência na Câmara, Euler Ribeiro (PMDB-AM), com os senadores do partido. A iniciativa, entretanto, é vista com ceticismo por boa parte do Senado.

"Isto foi feito em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ainda assim, a LDB

foi modificada pelo Senado. Acho muito difícil convencer ao Senado que ele não pode modificar emendas que dizem respeito à sua função específica, que é representar o interesse dos Estados", opinou o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

SEM PRESSA

Para o líder do PPB no Senado, Esperidião Amin (SC), falará ao governo qualquer argumento que justifique a urgência na tramitação das reformas. "Se a reforma da previdência voltar para a Câmara, não será nenhuma tragédia. Para que pressa? O Senado terá o dever de fazer emendas", afirmou.